

República de Cabo Verde  
Ministério da Educação e Desportos  
*Fundação Cabo-verdiana de Acção Social Escolar – FICASE*  
**Residência Estudantil “Leonel Madeira”**  
**- Mindelo, São Vicente -**



**PROGRAMA DE RESIDÊNCIAS ESTUDANTIS**  
**ENSINO SECUNDÁRIO - CONTRATO DE RESIDENTE**

Ano Lectivo 20 \_\_/20\_\_

Entre a Residência Estudantil “Leonel Madeira”, adiante designada por RELM, com sede em Mindelo, São Vicente e representada pelo(a) **Director(a)** **E**

(nome completo do Familiar/Enc. de Educação)  
Com residência habitual em \_\_\_\_\_ Concelho de \_\_\_\_\_  
Telefones \_\_\_\_\_ e \_\_\_\_\_ Fax n.º \_\_\_\_\_ CP \_\_\_\_\_  
E-mail \_\_\_\_\_ BI n.º \_\_\_\_\_  
Profissão \_\_\_\_\_ Local de Trabalho \_\_\_\_\_ Telefone \_\_\_\_\_  
(grau de parentesco com o menor \_\_\_\_\_  
fica, nesta data e no âmbito das cláusulas por que se rege o presente *Contrato de “Residente”*, acordado o seguinte:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

1. O presente *Contrato de Residente* abrange apenas o período de funcionamento normal das actividades lectivas. Tem efeitos a partir **15 de Setembro** e se encerra a **30 de Junho**, nos termos do calendário escolar oficial. Cessa automaticamente a partir do momento em que o *Interno* deixa de frequentar aulas. Este *Contrato* não abrange aulas de recurso, por traduzirem situação não admitida nos termos do Regulamento Interno da instituição (aproveitamento mínimo de “Bom”).

**CLÁUSULA SEGUNDA**

2. Por este *Contrato de Residente* fica a Residência Estudantil “Leonel Madeira” obrigada a disponibilizar ao *Interno* condições adequadas de alojamento, refeições, estudo e formação, cívica e moral, com respeito aos princípios e disposições legais aplicáveis.

3. A obrigação institucional cessa: **i)** a partir do momento em que o *Interno* inicia o período de férias escolares/interrupção das actividades lectivas ou de formação; **ii)** é acometido de doença prolongada, contagiosa e/ou que requeira atenção e cuidados personalizados; **iii)** se ausenta em gozo de fim-de-semana.

4. Em situação de doença, os familiares são imediatamente contactados podendo o *Interno* ser conduzido para casa para tratamento, em caso de necessidade e/ou por competente determinação dos *Serviços de Saúde*.

**CLÁUSULA TERCEIRA**

5. O valor da contribuição mensal estipulada para o *Interno* é de \_\_\_\_\_ \$00, pago por inteiro, de modo regular e adiantado, devendo ser entregue nos primeiros cinco dias de cada mês. Abrange a totalidade do Ano Lectivo. A primeira contribuição mensal é entregue no acto de legalização da entrada do estudante para a Residência.

6. O pagamento da contribuição mensal é efectuado nos Serviços Administrativos da Residência (Secretaria/Direcção), mediante recibo numerado e carimbado, de conformidade com os requisitos legais exigíveis.

7. Em caso de atrasos no pagamento da contribuição monetária mensal, até um limite máximo de 60 dias, por decisão da Direcção o presente *Contrato de Residente* torna-se susceptível de ser anulado, ficando ainda os responsáveis sujeitos a indemnizar a instituição, no montante de 10% do valor da contribuição anual específica.

8. Como medida de co-responsabilização do *Interno* na preservação do património institucional, o estudante é obrigado a uma caução no valor de 1000\$00, entregues no acto de legalização da sua entrada para a Residência e mediante competente recibo de pagamento.

9. O montante da caução é susceptível de devolução após a conclusão da frequência, mediante requerimento e caso ao *Interno* não tenham sido apuradas, individualmente ou em grupo, responsabilidades em matéria de falhas na conservação do edifício e recheio.

#### **CLÁUSULA QUARTA**

10. O *Interno* deve empenhar-se e participar activa e responsabilmente nas actividades da vida interna da Residência, respeitar o *Regulamento Interno* e acatar ordens e orientações da Direcção e pessoal supervisor.

#### **CLÁUSULA QUINTA**

11. Em caso de infracção, a Directora usará das prerrogativas do Regulamento Interno aplicável, que prevê medidas disciplinares educativas e sancionatórias diversas, sendo as mais graves as de “expulsão” ou de “anulação do contrato” em casos de extrema gravidade.

#### **CLÁUSULA SEXTA**

12. O presente *Contrato de Residente* pode ser anulado em qualquer altura do ano lectivo, mediante solicitação escrita do estudante ou dos responsáveis pela educação do *mesmo*, endereçada à Directora da instituição e com uma antecedência mínima de 30 dias.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA**

13. Os pais ou encarregados de educação autorizam à Direcção, em caso de acidente, premente necessidade de intervenção cirúrgica ou de tratamento clínico e se confrontados com imperativos decorrentes de disfunções na saúde física, psíquica ou psicológica do *Interno*.

18. A Residência não se responsabiliza por objectos, materiais ou outros pertences de uso pessoal de cada *Interno*.

14. Custos inerentes são assumidos pelos responsáveis e ou tutela do *Interno*.

#### **CLÁUSULA OITAVA**

15. Em caso de acidente, de premente necessidade de intervenção cirúrgica ou tratamento clínico e se confrontados com imperativos decorrentes de disfunções ao nível da saúde física, psíquica ou psicológica do *Interno*, à Direcção fica reservado o direito de accionar medidas específicas e que se impuserem, a começar pelo envolvimento dos familiares mais próximos.

16. Custos decorrentes são assumidos pelos familiares ou responsáveis pela permanência do estudante na Residência.

17. Como medida de garantia de segurança no âmbito da Saúde individual, o *Interno* deve possuir um *Plano de Saúde*, da RELM ou outro (*familiar, por exemplo*). Integrando o *Plano de Saúde da RELM*, à família do *Interno* incumbe o pagamento regular de uma participação monetária mensal fixada em \_\_\_\_\$00, pagos na Secretaria e em simultâneo com a “mensalidade”.

#### **CLÁUSULA NONA**

18. A interpretação do presente *Contrato* faz-se à luz do *Regulamento Interno* da Residência.

19. A *Assembleia da Residência* deverá ser consultada, sempre que a interpretação deste Contrato for discordante ou perante situações omissas.

20. Em caso de expulsão e desejando, podem os responsáveis pela educação do menor apresentar recurso à *Assembleia da Residência*, que por sua vez deverá ouvir a Direcção e se necessário o *Conselho Geral* da Residência. Se a decisão de expulsão for reconfirmada o presente *Contrato* é anulado, com efeitos a partir da data do despacho de expulsão.

#### **DISPOSIÇÕES FINAIS**

21. O *Interno* e respectivos responsáveis legais declaram, por sua honra, aceitar de forma integral e sem reservas as cláusulas do presente *Contrato*, assim como prometem cumprir globalmente todos os deveres e obrigações decorrentes e as normas do *Regulamento Interno* da instituição.

Mindelo, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 20 \_\_\_\_

Os Acordantes,

O *Interno* \_\_\_\_\_ O(a) Director(a) \_\_\_\_\_